

**A Contribuição da Cultura Religiosa para uma
formação universitária cidadã
A Participação dos alunos de algumas turmas da Cultura
Religiosa
Em Projetos Sociais, desenvolvidos pela Puc-Rio**

Claudio Jacinto da Silva¹

Introdução

Os processos acadêmicos atuais são uma excelente experiência de formação, não apenas, do profissional do futuro, mas de jovens cidadãos do presente. Para além da apresentação didática de conteúdos curriculares, algumas disciplinas têm o potencial de gerar oportunidades que forjam, no aqui e agora, um aluno com forte “pegada” solidária, empática, ética e altruísta, independentemente, do curso universitário que o mesmo esteja fazendo.

Neste aspecto, a interação entre professor e aluno se torna bem diferente da tradicionalmente conhecida. Com elaboração de projetos, que promovem iniciativas de transformação comunitária ou social, e com apoio de outros setores universitários, os envolvidos fazem a experiência de colocar em prática as atitudes oriundas das mais importantes habilidades socioemocionais. Não é de hoje que se sabe bem sobre a importância destas, nos processos educacionais que estão atentos, também, à cooperação para superar as vulnerabilidades, as quais, duramente, afligem muitas pessoas que vivem (ou não) no entorno da Universidade. Segundo as orientações da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO):

As instituições de educação superior devem assegurar a oportunidade para que estudantes desenvolvam suas próprias habilidades plenamente com um sentido de responsabilidade social, educando-os para tornarem-se participantes plenos na sociedade democrática e agentes de mudanças que implementarão a igualdade e a justiça².

Levando em consideração alguns documentos estratégicos que indicam, veementemente, a importância das atividades discentes, realizadas fora da sala de aula, este artigo visa apresentar

¹ Teólogo e Professor do Setor de Cultura Religiosa do Departamento de Teologia da PUC-Rio.

² UNESCO, 1998, Artigo 7º, Inciso “d”.

dois projetos sociais, realizados com a intensa participação de alguns alunos das disciplinas da Cultura Religiosa (CRE), em parceria com a Vice-Reitoria Comunitária (VRC). Concomitantemente, sem entrar no mérito da discussão sobre a essência da Extensão Universitária, o outro intento do artigo será apresentar como que tais disciplinas se caracterizam em oportunidades de efetiva transformação da excelência acadêmica em ações sócio-transformadoras para os futuros profissionais, tal como preconizado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Universidade, ao tratar de sua Missão:

PUC-Rio busca a excelência na pesquisa, no ensino e na extensão para a formação de profissionais competentes, habilitados ao pleno desempenho de suas funções. Esses profissionais são inseridos na realidade brasileira e formados para colocar a ciência e a técnica sempre a serviço do ser humano, colaborando, com os conhecimentos adquiridos na Universidade, para a construção de um mundo melhor, de acordo com as exigências da justiça e do amor cristão³. (Grifo, meu)

1. Fundamentos de uma Educação Superior Cidadã.

Algumas das principais referências atuais sobre a educação superior, laicas e católicas, apresentam, de um modo muito contundente e convergente, a necessidade de se intensificar a dimensão cidadã, na formação universitária. Elas são unânimes em constatar que o contexto do ensino superior deve ser capaz de fazer com que os alunos obtenham a habilidade em transformar a acuidade do pensamento crítico em ações de cidadania ativa e proativa, de modo a desenvolverem, dentro da dinâmica própria do tempo de formação acadêmica, a sustentabilidade, a paz, os direitos humanos, a espiritualidade⁴ e os valores da democracia.

A seguir, será apresentada uma muito brevíssima síntese de como algumas destas referências tratam desta questão:

a) UNESCO: Fruto da organização da Conferência Mundial sobre Educação Superior, ocorrida em Paris, a “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998” enfatiza com muita força que o ensino superior tem mostrado, concretamente, a sua capacidade em promover mudanças e progressos na dinâmica

³ PPP, pág. 4.

⁴ Sublinhou-se o termo espiritualidade, a fim de indicar, ao contrário de algumas compreensões equivocadas a seu respeito, que esta não se isenta, mas antes, insere-se, “pari passu” com as demais dimensões humanas, nos processos acadêmicos geradores de cidadania.

social dos povos. Em consequência, vai se consolidando, em função destas transformações, a existência de uma sociedade do conhecimento, ou seja, uma sociedade, na qual, a universidade compõe o conjunto de instituições essenciais para a cooperação do desenvolvimento de “indivíduos, comunidades e nações”⁵. E mais, aqui está o ponto, o ensino superior tem um papel preponderante na disseminação de valores fundamentais para a construção de uma cidadania consciente:

A própria educação superior é confrontada, portanto, com desafios consideráveis e tem de proceder a mais radical mudança e renovação que porventura lhe tenha sido exigido empreender, para que nossa sociedade, atualmente vivendo uma profunda crise de valores, possa transcender as meras considerações econômicas e incorporar as dimensões fundamentais da moralidade e da espiritualidade⁶. (Grifo, meu)

Ao tratar da missão do ensino superior, tal declaração, em seu Artigo 1º, indica, de modo singular, que a de “contribuir para o desenvolvimento sustentável e o melhoramento da sociedade como um todo” deve, não apenas, ser preservada, como também reforçada e expandida.

Dentre os Incisos do Artigo 2º, no qual, abordam-se a ética, a autonomia e a responsabilidade preventiva do ensino superior, indicam-se os devidos deveres, atinentes a todos os seus envolvidos, dos quais se destacam os seguintes:

[...] b) poder opinar em problemas éticos, culturais e sociais de forma completamente independente e com consciência plena de suas responsabilidades, por exercerem um tipo de autoridade intelectual que a sociedade necessita, para assim ajudá-la a refletir, compreender e agir;

[...] d) utilizar sua capacidade intelectual e prestígio moral para defender e difundir ativamente os valores aceitos universalmente, particularmente a paz, a justiça, a liberdade, a igualdade e a solidariedade, tal como consagrados na Constituição da UNESCO; (Grifos, meus)

A vanguarda desta Declaração se faz ainda mais destacável, quando aponta, lá em 1998, o que, só bem mais tarde, iria ser tratado como “empoderamento feminino”, na universidade. Questão esta que, ainda hoje, encontra-se com muitos problemas, sobretudo quando se verifica a pífia presença feminina, nas STEM⁷. Conforme

⁵ UNESCO, 1998, Preâmbulo.

⁶ Ibidem.

⁷ Cf. UNESCO, 2018.

o Artigo 4º, que abordou a questão do “Fortalecimento da participação e promoção do acesso das mulheres” no ensino superior, a UNESCO foi vigorosa, em afirmar que:

b) São necessários mais esforços para eliminar da educação superior todos os estereótipos com base no gênero, para tratar a questão do gênero nas distintas disciplinas, para consolidar a participação de mulheres em todas as disciplinas nas quais elas são subrepresentadas e, particularmente, para implementar o envolvimento ativo delas no processo decisório. (Grifo, meu).

Por fim, desta pequena abordagem de uma gigantesca declaração, chama a atenção no seu Artigo 9º, o Inciso “b”, quando enfatiza que a educação superior deve inovar, na convergência entre pensamento crítico e criativo, fazendo com que os alunos “sejam cidadãos e cidadãs bem informados e profundamente motivados, capazes de pensar criticamente e de analisar os problemas da sociedade, de procurar soluções aos problemas da sociedade e de aceitar responsabilidades sociais” (Grifo, meu).

Entre os dias 5 a 8 de julho de 2009, a UNESCO promoveu uma nova Conferência Mundial sobre Ensino Superior, como o tema “As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e do desenvolvimento Social”. Neste evento, foi elaborado um comunicado de 52 parágrafos, cuja introdução afirma que “para a construção de uma sociedade inclusiva” nunca foi tão crucial a aplicação de recursos na educação superior, uma vez que:

A década passada deixou evidências de que a pesquisa e o ensino superior contribuem para a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para o progresso, atingindo as metas internacionais de desenvolvimento, que incluem as estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e em Educação para Todos (EPT). A pauta da educação mundial deve refletir essas realidades. (Grifo, meu)

Enfim, ao tratar sobre a responsabilidade social da educação superior, entre os parágrafos 1 e 6, tal comunicado identifica os serviços comunitários entre as principais funções dos estabelecimentos de ensino superior, juntamente com a pesquisa e o ensino, lembrando que tais instituições, no contexto de liberdade e de autonomia acadêmicas, devem:

3.[...] aumentar o foco interdisciplinar e promover o pensamento crítico e a cidadania ativa. Isso contribuiria para

o desenvolvimento sustentável, a paz, o bem estar e a realização dos direitos humanos, incluindo a igualdade entre os sexos. (Grifo, meu)

b) Congregação para a Educação Católica (dos Institutos de Estudo): Em 16 de abril de 2017, tal Congregação publicou um documento, cujo principal objetivo foi o de propor, no contexto do cinquentenário da Encíclica *Populorum Progressio* (do Papa Paulo VI), as diretrizes principais da educação “escolar e universitária”⁸, no âmbito da Igreja Católica, para o *humanismo solidário*. Com o título “**Educar ao Humanismo Solidário**. Para construir uma ‘civilização do amor’. 50 anos após a *Populorum progressio*. Orientações”, o documento aborda a necessidade de “um plano educativo, capaz de explicar as motivações da cooperação num mundo solidário”⁹, a fim de contribuir para a superação dos catastróficos cenários do mundo contemporâneo. Este, segundo o texto, é marcado por crises, em vários contextos, que geram, no fim das contas, agudos problemas de emergência humanitária.

Neste sentido, ao considerar a questão sobre “Humanizar a Educação”, a Congregação Católica conclui que os processos educativos, devem se preocupar com a geração de capacidades pessoais, morais e sociais dos participantes deste mesmo processo. Que estes, por meio de uma formação que vá além da sala de aula, sejam capazes de checar o potencial sócio-transformador daquilo que é próprio da mais intensa educação católica: o humanismo solidário.

10. [...] não pede simplesmente ao professor para ensinar e ao aluno para aprender, mas exorta cada um a viver, estudar e agir de acordo com as premissas do humanismo solidário; não prevê espaços de divisão e contraposição mas, pelo contrário, oferece lugares de encontro e debate para realizar projetos educativos válidos; trata-se de uma educação - ao mesmo tempo - sólida e aberta, que derruba os muros da exclusividade, promovendo a riqueza e a diversidade dos talentos individuais e expandindo o perímetro da própria sala de aula a cada âmbito da experiência social em que a educação pode gerar solidariedade, partilha, comunhão. (Grifo, meu)

Ao abordar a questão do papel das universidades, no horizonte da cultura do diálogo, o documento as localiza como ponto

⁸ Congregação Católica, 2017, número 28.

⁹ Idem, 6.

de partida desta mesma cultura, já que o diálogo entre as diferenças interculturais, existentes nos espaços universitários, é fator preponderante na formação de cidadãos, com base no humanismo solidário. Quando os procedimentos formais da universidade passam a se nortear pelos parâmetros, nos quais, “vive, pensa e age o cidadão formado para o diálogo”¹⁰ e se consolidam, nos seus “programas didáticos e formativos”¹¹, os princípios constitutivos do humanismo solidário, tais como a paz, o bem comum, a igualdade, a liberdade e a coerência, duas conseqüências se apresentam, de imediato.

A primeira é a superação da falsa concepção de que o pluralismo ético-religioso seja um obstáculo para a convivência pública. Ao contrário, com sólidos fundamentos do humanismo solidário, nas atividades acadêmicas, o cidadão universitário do presente é capaz de aprender que, a partir de um contexto de relações performativas e coerentes, pautadas no amor, no respeito e na esperança,

13.[...] as religiões podem contribuir de modo significativo para a realização dos objetivos sociais de paz e justiça. [...] Em vez de reduzir a religiosidade à esfera individual, privada e confidencial, e obrigar os cidadãos a seguir no espaço público apenas as normas éticas e jurídicas do Estado, a cultura do diálogo inverte os termos da relação e exorta as crenças religiosas a professar em público os próprios valores éticos positivos. (Grifo, meu)

A segunda é a experiência da convicção de que pertence, em particular, à educação superior a possibilidade de construir ambientes de diálogo e de encontro entre as diversidades, tendo como premissa um conceito mais global do ser humano, que leve em consideração a sua espiritualidade/transcendência, com o objetivo de tornar o mundo melhor.

15. É característico da natureza da educação a capacidade de construir as bases para um diálogo pacífico e permitir o encontro entre as diversidades com o objetivo principal de edificar um mundo melhor. Trata-se, em primeiro lugar, de um processo educativo no qual a busca por uma convivência pacífica e enriquecedora enraiza-se no mais amplo conceito de ser humano - na sua caracterização psicológica, cultural e espiritual - para além de qualquer forma de egocentrismo e etnocentrismo, segundo uma

¹⁰ Congregação para a Educação Católica, 2017, número 14.

¹¹ Ibidem.

concepção de desenvolvimento integral e transcendente da pessoa e da sociedade.

Neste aspecto, o documento é bem intenso ao trabalhar com um conceito de cidadania, que se estende para além da atual existência humana¹². Entendendo que os operadores da Educação, incluindo, obviamente, a universitária, tratam ao mesmo tempo dos cidadãos do amanhã e dos de hoje, cabem a eles o cuidado de educar, no presente e na dinâmica das competências do humanismo solidário, pessoas, cujas escolhas responsáveis levem, também, em consideração, as gerações que ainda não existem.

22.[...] É ainda mais verdadeiro no que diz respeito à formação acadêmica, porque é por meio dela que são fornecidas as competências necessárias para fazer escolhas decisivas para o equilíbrio dos sistemas humano-sociais, naturais, ambientais, etc. Os temas abordados nos cursos universitários, nesse sentido, deveriam ser desenvolvidos em torno a um critério decisivo para a avaliação da sua qualidade: a sustentabilidade segundo as necessidades das gerações futuras.

Enfim, o documento conclui, indicando que, a partir dos importantes temas abordados, cada um dos sujeitos, envolvidos no ensino e na pesquisa, por meio de um intercâmbio de experiências educacionais católicas, comprometidas com esta perspectiva do humanismo solidário, pode “compreender o significado da sua iniciativa, no processo global de construção de um mundo baseado nos valores da solidariedade cristã”¹³.

c) Ministério da Educação (MEC) – Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno 2/2018: Institui diretrizes da educação para o voluntariado na Educação Básica e Superior¹⁴.

Fundamentada no ordenamento jurídico brasileiro, que trata de temas atinentes às questões educacionais, esta resolução tem, como premissas para a compreensão da importância do voluntariado na Educação Superior (a única a ser tratada, nesta abordagem), considerações que não mais deixam dúvidas, quanto ao peso da dimensão cidadã e de metodologias que incluam o “extraclasse”. Para que se promova uma sociedade livre, justa e solidária, esta resolução, em seus 11 Artigos, entende, como estratégica, a promoção do voluntariado, ligada às práticas sociais, das quais o

¹² Idem, número 21: “A noção de bem comum engloba também as gerações futuras”.

¹³ Idem, número 31.

¹⁴ Diário Oficial da União, Brasília, 12 de setembro de 2018, Seção 1, p. 147.

“ensino será ministrado com base, entre outros, no princípio da valorização da experiência extra-escolar”¹⁵.

Completamente isento de vínculos empregatícios, a resolução, no seu Artigo 2º, define o voluntariado no meio acadêmico, da seguinte forma:

O voluntariado se refere às ações de estudantes que, devido a seu interesse pessoal e espírito cívico, dedicam parte do seu tempo, sem remuneração, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de promoção de bem-estar social, ou outros campos demandados pela própria sociedade.

Desta forma, por meio de práticas didático-pedagógicas criativas e eficientes, une-se, intrinsecamente, o voluntariado ao desenvolvimento do universitário para uma consciência cidadã empreendedora de transformação social, pautada nos seguintes princípios¹⁶:

- I – participação cidadã e responsabilidade cívica;
- II – responsabilidade social, solidariedade e a corresponsabilidade na transformação social;
- III – fomento à cultura de paz, o respeito ao bem comum e o apreço à tolerância;
- IV – engajamento com a comunidade e o compromisso com seu desenvolvimento;
- V – estímulo às práticas sociais articuladas com a realidade local.

Outro aspecto importante desta resolução – que se sintoniza com as demais referências, apresentadas, anteriormente - é o fato do voluntariado se construir “em diálogo com as necessidades locais e os segmentos sociais de vulnerabilidade social”¹⁷, integrando os universitários às comunidades locais e ao entorno do estabelecimento de ensino¹⁸. Neste ponto, dissipam-se quaisquer traços de assistencialismo e de imposição de soluções, nas operações acadêmicas, que visem atuar nestas comunidades, de modo a contribuir para a superação de problemas, os quais machucam pessoas, vulnerabilizando-as, na construção de suas vidas, em plenitude.

¹⁵ Idem, “Considerando”.

¹⁶ Idem, Artigo 3º.

¹⁷ Idem, Artigo 5º.

¹⁸ Idem, Artigo 8º.

2. A Concepção de Educação para a Cidadania, no Projeto Político Pedagógico da PUC-Rio.

Aprovado pelo Conselho Universitário, em 21 de agosto de 2002, trata-se de um documento que traz consigo bastante clareza e objetividade, na sua apresentação de como a universidade articula os conceitos de ensino, pesquisa, extensão e ações cristãs solidárias. De um lado, ele se alinha ao que a comunidade internacional, por meio da UNESCO, em 1998, tratou a respeito do papel do ensino superior na transformação social. Por outro, muito nitidamente, antecipa não poucas orientações trazidas pelo documento “Educar ao Humanismo Solidário” da Congregação Católica e pela Resolução 02/2018 do MEC, todos abordados, anteriormente.

Dentre os objetivos institucionais, os quais emergem da Missão da PUC-Rio de estar comprometida “com a verdade, o pluralismo cultural, o diálogo, a simplicidade no agir, a primazia do bem comum sobre os interesses individuais e o desenvolvimento do espírito de solidariedade”¹⁹, destacam-se dois. Estes catalisam os processos educacionais da universidade, no que tange ao potencial de fornecer tónus cidadão aos seus alunos, dos mais variados cursos. São eles: formar profissionais competentes, “com sentido de responsabilidade e participação”²⁰; e, inserir-se na realidade do Brasil, “colocando a ciência a serviço da comunidade e orientando suas atividades para a edificação de um mundo melhor, de acordo com as exigências da justiça e do amor”²¹.

Tais objetivos institucionais se reverberam, muito significativamente, na concepção de educação da PUC-Rio. Refletindo o empenho da universidade para que se cultivem, de uma maneira especial, “os valores humanos e da ética cristã”²², a fim de que seja bem pontuado “o primado da pessoa sobre as coisas, do espírito sobre a matéria, da ética sobre a técnica, de modo que a ciência e a tecnologia estejam a serviço das pessoas e da comunidade”²³, os seus processos educacionais estarão, como se

¹⁹ PPP, página 4.

²⁰ Idem, página 5.

²¹ Ibidem.

²² PPP, página 14.

²³ Ibidem.

vê, bem marcados pela preocupação da dimensão cidadã de todos os seus envolvidos.

A formação do aluno se dá não somente pelos conhecimentos adquiridos em sala de aula, mas também [...] por sua atuação em vários tipos de atividades que o levam a conhecer de perto [...] a sociedade na qual ele deve atuar como um cidadão consciente visando ao bem comum - serviços de atendimento psicológico ou social, trabalhos comunitários ou voluntários junto a comunidades de baixa renda, entre outros. A convivência comunitária recebe especial atenção, a partir da convicção de que uma visão ética em relação ao próximo, à sociedade e ao mundo se adquire não somente pela reflexão e discussão acadêmicas, mas pela prática e pelo convívio do dia a dia com professores, colegas e funcionários²⁴. (Grifo, meu)

Deste modo, é possível detectar que, em sua atividade fim, a PUC-Rio, ao buscar a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, não se vê alheia ao contexto social que lhe cerca, mas apta a contribuir, “isenta de partidarismos e paixões momentâneas”²⁵, na construção de uma cidadania consciente, que aprimore a sociedade, “difundindo e lutando pela justiça social, pelos direitos de todos, em particular pelo direito fundamental de acesso ao conhecimento em todos seus níveis e pelo fim da miséria”²⁶.

3. Interação entre CRE e *respuc*: trabalhos acadêmicos e cidadania, na PUC-rio.

Desde 2017, vem sendo desenvolvida uma parceria, ainda que informal, entre dois setores da universidade: o de CRE, vinculado ao Departamento de Teologia, e o da Rede de Empreendimentos Sociais (*respuc*)²⁷, subordinada à Vice-Reitoria Comunitária (VRC). Esta parceria oferece aos Professores da CRE, que ministram as disciplinas de *Humano e o Fenômeno Religioso*, *Cristianismo e Problemas Sociais*, *Ética Cristã* e *Ética Socioambiental e Direitos Humanos*, uma oportunidade para se tornar concreta, nos seus processos didático-pedagógicos, toda a construção de uma consciência cidadã, nos alunos de hoje e nos profissionais do futuro, que foi indicada com veemência pelas referências, apresentadas acima. E mais. Tais disciplinas se apresentam, a partir da peculiaridade de suas respectivas ementas e programas, como as mais aptas a contribuir para o cumprimento

²⁴ PPP, páginas 17-18.

²⁵ Idem, página 17.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Cf. <<http://www.puc-rio.br/sobrepuc/admin/vrc/respuc/>>.

da missão da PUC-Rio, no que tange à consecução da tarefa de fazer com que todos da comunidade universitária entendam o significado de colocar a excelência acadêmica a serviço da construção de um mundo melhor, segundo as exigências da justiça e do amor cristão²⁸.

Nesta perspectiva, já foram publicados dois trabalhos, como efeitos de realização de projetos sócio-comunitários, resultantes de operações acadêmicas formais das disciplinas da CRE. Elaborados em interação entre a sala de aula e as atividades realizadas pelos vários núcleos de ação comunitária e social da VRC/*respuc*²⁹, o professor, a assessora técnica e, sobretudo, os alunos perceberam, de modo óbvio, o quanto que o empreendimento destes trabalhos gera efetivas oportunidades, tais como: transformar o conteúdo crítico-acadêmico em iniciativas de transformação social, os quais, ao menos, mitiguem a dureza dos problemas que sacrificam muitas pessoas do entorno (ou não) da PUC-Rio; integrar os valores de cidadania, atinentes a estes trabalhos e aos projetos realizados, na formação e no aperfeiçoamento profissional de todos os seus envolvidos (e, não apenas, dos alunos); e, suscitar um comprometido interesse numa continuada dedicação às atividades dos respectivos núcleos sociais e comunitários, as quais foram conhecidas, exatamente, no contexto das aulas da CRE.

O primeiro trabalho foi apresentado no 1º Congresso Brasileiro de Humanismo Solidário na Ciência (CBHSC), realizado nos dias 9, 10 e 11 de outubro de 2018, na PUC-Rio. Fruto de um Projeto, denominado “Apoiando o Parque Vivo”, no qual, um professor da CRE, assessorado pela Assistente Social, coordenadora da *respuc*, e um grupo de alunos de três cursos de graduação (Psicologia, Direito e Arquitetura), buscaram, como equipe, apoiar os envolvidos, no Projeto Parque Vivo, por meio do seguinte objetivo: gerar autonomia e competência, na estratégia de gestão das atividades sociais, executadas na comunidade do Parque

²⁸ PPP, pág. 4.

²⁹ As normas da *respuc* para a formalização dos alunos voluntários são um importante reforço, nos processos educacionais da PUC-Rio, a fim de que o universitário consiga transformar excelência acadêmica em ações de mudança social e comunitária, sobretudo, quando consideram que “as atividades desenvolvidas em Empreendimentos Sociais [...] podem propiciar aos voluntários o desenvolvimento da reflexão, do senso crítico e da responsabilidade social, a incorporação de valores morais e de princípios éticos e a formação de um profissional cidadão. (PROGRAMA *respuc* AÇÃO COMUNITÁRIA – NORMAS, letra “d”). (Grifo, meu)

da Cidade, por meio da interação entre suas lideranças e professor, alunos e agentes da Universidade. Tal objetivo foi elaborado, a partir de uma reunião, na qual, foram ouvidos os envolvidos da Comunidade do Parque da Cidade, situada no entrono da PUC-Rio, ocorrida no dia 14 de março de 2018, e apresentados dois desafios: a obtenção de recursos para a sustentabilidade das ações sociais, por lhes faltar a formalização; e, a necessidade de capacitação administrativa adequada para que as lideranças da comunidade fizessem a gestão mais eficiente dos trabalhos sociais.

Assim, a equipe deste projeto visou alcançar os seguintes resultados: a formalização do grupo de voluntários da Comunidade Parque da Cidade, no formato que julgarem mais adequado, com a criação de um número de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; e, a promoção de capacitação administrativa, numa das áreas prioritárias, identificada pelas lideranças comunitárias do local, para uma gestão eficiente e transparente da futura Organização Formal-Parque Vivo.

Conforme as avaliações da equipe de organização do 1º CBHSC, a fim de que o trabalho sobre o Projeto “Apoiando o Parque Vivo” recebesse o “ACEITE” para ser apresentado, na forma de “banner acadêmico”, é possível perceber o valor da contribuição do mesmo para, com simplicidade, aliviar um pouco os dramas cotidianos de pessoas, bem próximas da comunidade acadêmica:

“Projeto de relevância, buscando formas de protagonismo e empoderamento de atores locais. Bem justificado e delineado. Apresenta boa aderência temática à proposta do evento. Apresenta ainda, interessantes propostas e leitura pertinentes da situação problema”. (Avaliador 1)

“O trabalho apresenta uma estruturação científica bem adequada às normas do evento. O objeto de estudo está muito bem alinhado à temática orientadora do congresso e busca o empreendimento de ações empreendedoras de uma práxis ambiental sustentável capaz de promover uma responsabilidade socioambiental, tão necessária para o desenvolvimento de uma gestão integrada sob orientação de diversos atores”. (Avaliador 2)

“O projeto descrito prevê ações de extensão, que atividades curriculares a serem oportunizadas a todos os alunos de graduação e desenvolvidas na perspectiva solidária da ação social da Universidade, incluído as dimensões política e econômica da sustentabilidade, ao preocupar-se com o modo de organizar a comunidade do Parque da Cidade na busca da gestão eficiente dos recursos utilizados nos projetos sociais”. (Avaliador 3)

Originado e executado por uma equipe, formada por um professor da CRE, pela mesma assessora da *respuc* e por outros alunos do Curso de Graduação em Direito, a partir das mesmas circunstâncias acadêmicas, apresentadas acima, o segundo trabalho é resultado de um projeto, denominado “Prisões”. Ele teve como objetivos: organizar, no Campus da PUC-Rio, um dia de conscientização a respeito da situação das mulheres do sistema prisional do Rio de Janeiro, com a presença de autoridades (civis e religiosas) e professores, que lidam, profissionalmente, com tais questões, incluindo, dentro das possibilidades, a presença de uma ou mais egressas de tal sistema; realizar uma campanha de coleta de três dos principais materiais de higiene; e, coordenar um dia de visitação a uma unidade prisional de mulheres.

A pertinência das ações deste projeto se fez reconhecida, quando a Arquidiocese do Rio de Janeiro o acolheu na programação oficial da Semana Mundial do Pobre, realizada, anualmente, em sintonia com a Igreja Católica do mundo inteiro, a pedido do Papa Francisco.

Desta forma, tal projeto foi realizado no dia 12 de novembro de 2018, no contexto das atividades arquidiocesanas da II Semana Mundial do Pobre. As atividades ocorreram no Auditório Pe. Anchieta e no Salão da Pastoral Universitária, localizados nas dependências da PUC-Rio. Neste dia, iniciou-se também a segunda etapa deste mesmo projeto, que foi até o dia 7 de dezembro, na qual, ocorreu uma campanha de arrecadação de material de higiene pessoal para as mulheres privadas de liberdade, que se encontram no presídio “Talavera Bruce”. A terceira etapa foi constituída pela entrega de todo material arrecadado, no dia 13 de dezembro, ao Vigário Episcopal para a Caridade Social da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a fim de ser distribuído, no mesmo presídio.

Conclusão

De nada valerá toda a preocupação em gerar um ensino superior capaz de educar para a cidadania e para o humanismo solidário, se isto não repercutir, de algum modo, nos atuais currículos universitários. Sem um comprometimento formal, que tenha impacto nas ferramentas essenciais da construção do conhecimento acadêmico, aquela preocupação será sempre mera consequência de

iniciativas pedagógicas isoladas e originadas de professores bem intencionados.

A UNESCO, a Congregação Católica e o MEC estão bem cientes da necessidade de se traduzir, em tais currículos, esta busca por uma formação mais cidadã e composta de metodologias, que levem os alunos a interagir, pedagógica e didaticamente, com problemas extra-classe, a partir do corte epistemológico próprio da graduação, que estão cursando:

O ensino das normas referentes aos direitos humanos e educação sobre as necessidades das comunidades em todas as partes do mundo devem ser incorporados nos currículos de todas as disciplinas, particularmente das que preparam para atividades empresariais.³⁰

O quadro de valores, no qual vive, pensa e age o cidadão formado para o diálogo, é baseado em princípios relacionais [...] que entram de modo positivo e decisivo nos programas didáticos e formativos das instituições que prezam o humanismo solidário³¹.

Os sistemas de ensino e as Instituições de Educação Superior fomentarão ações de voluntariado de forma articulada aos currículos escolares [...] com o objetivo de estimular o desenvolvimento do currículo social do educando...³².

Além disso, é necessário que se entenda que, dentre os muitos benefícios que este perfil mais cidadão dos processos formativos pode gerar, tem-se a possibilidade de potencializar a empregabilidade dos jovens recém formados, na atual conjuntura do mercado de trabalho brasileiro. Para a Superintendente da Fundação Itaú Social, o voluntariado aumenta o bem-estar e permite o desenvolvimento pessoal e de competências para a vida em geral e “Profissionais com esse perfil são muito desejados nas organizações”³³, afirma Angela Dannemann.

No caso da PUC-Rio, o caminho aberto pela parceria entre a CRE e a VRC/*respuc*, parece ser sem volta. Os primeiros resultados surgem como promissores, na tarefa de se gerar, entre os alunos e todos os demais da comunidade acadêmica, uma consciência cidadã, que seja capaz de articular ciência, tecnologia e ações de transformação social, levando em consideração todas as dimensões do ser humano, incluindo a espiritual e a religiosa.

³⁰ UNESCO, 1998, Art. 9º, Inciso “c”.

³¹ Congregação para a Educação Católica, 2015, número 14.

³² MEC, 2018, Artigo 6º.

³³ < <http://www.ibe.edu.br/voluntariado-enriquece-curriculo-de-jovens>>, dia 20 de fevereiro de 2018.

Questão:

Você percebe, no curso de graduação que realiza, a presença desta dimensão cidadã na dinâmica de construção de seu conhecimento acadêmico e suas respectivas práticas? Explique, levando em consideração, alguns dos fundamentos de uma formação universitária cidadã.

Bibliografia

- 1) UNESCO, Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998, Paris, 1998.
 - 2) UNESCO, Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009. As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social, Paris, 2009.
 - 3) UNESCO, Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), Brasília, 2018.
 - 4) Congregação para a Educação Católica, “**Educar ao Humanismo Solidário**. Para construir uma ‘civilização do amor’. 50 anos após a Populorum progressio. Orientações”, Roma, 2017.
 - 5) Ministério da Educação – Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno 2/2018: Institui diretrizes da educação para o voluntariado na Educação Básica e Superior. Diário Oficial da União, Brasília, 1 de setembro de 2018, Seção 1, p. 147.
 - 6) PUC-Rio, Projeto Político Pedagógico, Rio de Janeiro, 2002.
 - 7) PUC-Rio, PROGRAMA *respuc* AÇÃO COMUNITÁRIA – NORMAS:
<WWW.pucRio.br/sobrePUC/admin/vrc/respuc/trabalho_social.html>, em 5 de março de 2019.
-